

A CARTA DE ENCRUZILHADA DO SUL

Nós, agricultores familiares, juntamente com pessoas próximas aos nossos ideais, reunimo-nos no dia 26/09/09 na cidade de Encruzilhada do Sul, com o propósito de debater a situação alarmante por que passa o trabalhador campesino do RS.

Estiveram presentes representantes das localidades de Encruzilhada do Sul, Vau dos Prestes, Corredor do Meio, Canguçu, Morro Redondo, Colônia Maciel, Dom Marcos, Cachoeira do Sul; dos assentamentos Segredo Farroupilha e São Pedro da Quinta; das associações UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu), dos Pequenos Agricultores de Morro Redondo, Alto das Figueiras, Movimento de Mulheres camponesas, Comissão Pastoral da Terra, MoGDeMA (Movimento Gaúcho em Defesa do Meio Ambiente); das organizações CEA (Centro de Estudos Ambientais), Solidariedade e Biofilia; dos Sindicatos SEMAPI/RS e Secretaria de Meio Ambiente da CUT; das instituições de ensino CAVG (Colégio Agrícola Visconde da Graça), CTEC de Encruzilhada do Sul, e pela Universidade Federal de Pelotas (Instituto de Biologia).

Importante dizer que nosso trabalho tem por propósito a defesa da família, da terra, do bem comum, dos animais e da vida em geral. Não só combatemos as lavouras de eucalipto, de acácia, de pinus, mas principalmente as políticas que permitem tais negociatas, que são tão degradantes para a população, quanto acumulativas para grandes empresas.

Muitas delas ocorrem ao arrepio da lei e ao interesse nacional. São ações permissivas que estimulam negócios desumanos e perversos para a população das cidades, mas muito mais para os que vivem no campo. Alguns de nós atestamos, visualmente, a destruição de capões e matas ciliares, assim como o uso extremado de inseticidas em lavouras de árvores.

Após falas ocorridas livremente, os vários relatos indicam igual enfrentamento em todos os lugares, o que mostra que os problemas repousam na ausência de políticas públicas corretas, que dêem o justo e necessário valor ao trabalho do homem do campo. Governos e políticos deixaram de defender os interesses das populações, indo atender às imposições das empresas que lhes financiam as milionárias campanhas, desprezando quem lhes deram os votos. Constatamos que muitos candidatos mentem na hora dos seus compromissos eleitorais e, quando eleitos, agem como comprados. Vamos estar atentos nas eleições se aproximam. Impossível não relacionar este financiamento com os fatos escandalosos que marcam o atual governo do nosso Estado. Além de não defender os interesses dos gaúchos, ele ainda desestrutura e sucateia a organização administrativa do Executivo, persegue funcionários técnico-administrativos, criminosamente beneficiando o chamado agronegócio, abandonando e prejudicando a agricultura familiar. Os que ousam manifestar opiniões contrárias, tanto individualmente, quanto em grupo, logo são taxados de retrógrados ou criminalizados. Como exemplo, lembramos os recentes e sucessivos episódios de violência e truculência policial e do judiciário, com relação a manifestações populares públicas democráticas.

Interesses particulares administram o RS!

Já na primeira fala foi exposta a grande preocupação com a segurança pública, fato, aliás, que impediu a presença de alguns camponeses, obrigados a permanecer em suas casas na salvaguarda de seus bens. Porém, se para nós falta segurança, vimos o deboche de forças policiais públicas

postadas em entradas de fazendas de lavouras de árvores, protegendo interesses de muitos estrangeiros, mas não de quem paga impostos e de onde são tirados, ironicamente, os recursos que pagam os salários destes mesmos policiais.

Podemos identificar, facilmente, o desemprego como um dos grandes geradores desta insegurança, pois, no campo, as grandes lavouras roubam a possibilidade de um trabalho perene e justo, e pessoas recorrerem ao roubo, em muitas situações, para aplacar a própria fome. É com tristeza que constatamos, por exemplo, numa cidade como Encruzilhada, que já temos favelas, aumentando o número de barracos pobres para abrigar os que abandonaram ou foram expulsos dos campos. Ainda, se para os homens diminui a oportunidade de trabalho, muitas mulheres não tiveram sequer a sua primeira chance. Neste roldão de problemas vemos a penetração de drogas como o “crack”, que destrói vidas, a vida de nossos filhos, a vida de nossas famílias. Destacamos a atitude criminosa do governo do Estado em relação ao povo, pois a população está como que encurralada, de um lado com drogas, assaltos, e violência desenfreada e, do outro, a polícia deste mesmo Estado corrupto e aliado ao capital que massacra e mata. Não há como questionar, ou sequer duvidar, que o motivo gerador desta degradação social tem como causa a aplicação de programas de governos baseados em princípios financistas, bem ao oposto daqueles que buscam o benefício do coletivo.

Também em Encruzilhada registra-se a maior concentração e lavouras de eucalipto do RS e, no momento, está em andamento nova invasão de terras (a imprensa e órgãos públicos chamam de desapropriação) numa extensão de mais 15 mil hectares, o que, obviamente, agravará os problemas à região. O poder financeiro sufoca os interesses regionais, adquirindo grandes extensões de terra (já se sabe de nove fazendas), obrigando com que muitos se afastem do município. Pasmos, vemos agentes municipais fazerem a

defesa do monocultivo arbóreo em detrimento do cultivo de frutas.

Falta-nos a infraestrutura que o Estado tem obrigação de oferecer e não vemos o retorno dos impostos que pagamos. As estradas estão cada vez mais precárias, as grandes lavouras tomam conta das nossas localidades e nós, que nascemos no campo, vivemos no campo, conhecemos a região, não exageramos ao dizer que muitas localidades estão, de fato, sitiadas pelos monocultivos. Exigimos escolas que dêem formação qualificada aos nossos filhos, e vemos na extensão rural um dos instrumentos que nos dará qualidade para enfrentar alguns dos problemas vividos. O rico e vasto patrimônio cultural do RS, construído ao longo de décadas pela ação conjunta de imigrantes e filhos da nossa terra, está sendo avassaladoramente destruído.

Temos a certeza e a consciência de que a agricultura familiar não pode ficar submissa aos “interesses do mercado” e sabemos ser responsabilidade do Estado apoiar nossa atividade, que é a maior supridora das cidades e com produtos de melhor qualidade. É aviltante saber que estas exportadoras não pagam os impostos cobrados de todos nós e têm financiamentos com juros bem inferiores ao que nos cobram, com dinheiro sacado do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e com um tempo de carência de até sete vezes superior ao nosso. Os seus lucros bilionários são feitos às nossas custas! “Para as empresas de papel tudo, para o homem do campo os impostos!”

Vários dos presentes relataram a diminuição da quantidade de água disponível nas suas propriedades, o que já dificulta a irrigação de suas plantas. Os animais silvestres invadem cada vez mais nossas hortas, pois, visivelmente famintos, alimentam-se do nosso sustento. Apesar disto, e por respeito à vida, não temos ânimo de tirar suas vidas, pois sabemos que eles não encontram nutrição nas lavouras de eucalipto. Embora repetitivo, sentimos necessidade de

reafirmar que nossas fontes têm secado em regiões de plantações de eucalipto.

Atraiu-nos, inclusive, a atenção o desempenho de alguns sindicatos rurais, que já não mais defendem nossos interesses e têm aproximação pessoal e interesseira com as empresas. Enquanto isto, os assentamentos sobrevivem à custa de apoios particulares.

Também chamamos à responsabilidade o poder Judiciário, que está entre apático, indiferente e até omissivo em relação a estes problemas. As empresas de celulose plantaram sem o Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), o Judiciário sabia, limitou-se a exigir um Termo de Ajuste de Conduta e por aí parou. Contudo, não só isto, pois vemos ações de cobranças e sentenças diferenciadas entre cidadão comum e as grandes empresas.

Sobre a reserva legal, entendemos a necessidade de maiores debates na sua aplicação e dos cuidados referentes às Áreas de Preservação Permanente (APP), pois muitos de nós, como em Morro Redondo, temos as chamadas “terras dobradas” e com grande número de nascentes. Reafirmamos a possibilidade de contabilizar a APP com esta Reserva Legal, resguardando os atributos naturais das propriedades, e ali compatibilizando os critérios legais.

Chamamos a atenção para a necessidade de preservar a biodiversidade, a água, o solo e as sementes, base da produção sustentável no campo, resgatando a tradição e a cultura agrícola dos que nos antecederam. Entendemos a necessidade de políticas públicas diferenciadas entre pequenos produtores e aqueles que têm como fundamento a agricultura do agronegócio exportador. Temos certeza da importância da nossa atividade e justiça das nossas reivindicações, e sugerimos um pacto pela agricultura familiar. Não pedimos esmolas, mas respeito por um setor que realmente põe alimento de qualidade na mesa do brasileiro.

Sugerimos que merendas escolares, de creches e de órgãos em geral – federal, estadual ou municipal, tenham como elemento de origem os produtos dos agricultores familiares.

Esta carta é um grito que representa a angústia de pessoas, organizações, movimentos autônomos, de muitos e muitas que, de uma forma ou de outra, podem se somar nesta luta que estamos abraçando corajosamente, pois ainda temos um futuro para construir que não é mais nosso, é de nossos filhos. Queremos também desenhar projetos com a nossa participação e voltados aos nossos interesses e com profundo respeito à natureza. Nossa determinação é grande e nos organizamos para que a nossa mobilização seja cada vez maior. Nossos companheiros de Canguçu (UNAIC), que realizam importante encontro internacional que debate o uso de sementes crioulas, já planejam nosso próximo encontro. Organizamo-nos para levar este manifesto à nossa Assembléia Legislativa do RS, onde deverá ser lido publicamente, pois é necessário que a sociedade gaúcha saiba o que de fato vem ocorrendo nos nossos rincões, acabando com confusões propositalmente colocadas e que beneficiam os barões do agronegócio. Eles têm interesses e atitudes diferentes das nossas, não falam por nós e nem nós falamos por eles.

Nós, os trabalhadores rurais, somos os protagonistas de uma luta por justiça, enquanto que os órgãos e instituições governamentais têm que ser responsabilizados pela sua permanente postura de criminosa cumplicidade com o agronegócio e todos os estragos ambientais e sociais que aí estão.

Esta Carta é nossa e queira Deus seja de muitos e muitas que amam este Pampa, amam este povo, esta cultura e se revoltam contra estes modernos invasores.

Lutamos pela vida e pela verdade!